



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - Dívida Pública

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0467/10	DATA: 04/05/2010
INÍCIO: 15h44min	TÉRMINO: 17h25min	DURAÇÃO: 01h41min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h41min	PÁGINAS: 40	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão do relatório final.

--

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.

--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 24ª reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por solicitação do Deputado Berzoini, dispensada a leitura, passamos à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Já foi dispensada e estava em votação. Já tinha anunciado a votação. Já tinha anunciado. Foi feita a dispensa, abri a inscrição para discussão. Encerrada a discussão, eu anunciei a votação. V.Exa., se quiser, pode pedir até verificação da votação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Posso. Vou fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas está gravado aí, inclusive por sorte... Eu já tinha encerrado a discussão e colocado em votação.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovem a ata permaneçam nos seus lugares. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Como é evidente a falta de *quorum*, suspendemos a votação da ata e passamos à discussão da matéria. Esta reunião ordinária...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Um esclarecimento. Não havendo *quorum* regimental...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Para a ata.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - ...para votação, está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, no caso de ata, não. No caso de ata, não. A ata pode ser votada posteriormente, não derruba a reunião.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria fazer uma sugestão, Presidente, para todos que estão presentes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O problema é o seguinte. Nós temos uma data limite para a votação da CPI, que é a semana que vem. E, dado o visível baixo número da reunião para fazer o debate político e o horário que nós já estamos, 15h45min, no começo da Ordem do Dia, até para a valorização do relatório, da discussão e votação do relatório... Por isso, eu coloquei o pedido de verificação da ata, porque acho que seria até um desprestígio aqui para a própria Comissão estar debatendo o relatório final da CPI com 3, 4 Deputados aqui presentes. Que a gente fizesse uma convocação, pudéssemos ter uma sessão antecipada para às 13 horas, com tempo alto na próxima terça-feira, e fazermos a discussão e a votação. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Para a discussão e votação, Deputado Ivan — uma opinião —, eu acho pouco conveniente que se tenha uma reunião única. Por quê? Porque diversos Deputados podem fazer sugestões ao Relator. Então, o Relator pode querer um dia para acolher sugestões. É uma pessoa sabidamente aberta, uma pessoa atenta. Foi distribuído um texto com diversas sugestões. Eu acho que seria prudente que nós tivéssemos... Até poderíamos não votar hoje. É uma sugestão que me parece adequada: não votar hoje. Ter esse compromisso de não votar hoje. Agora, os Deputados que queiram fazer sugestões ao Relator não poder fazê-lo aqui de público acho que seria, talvez, confiscar um prazo que nos foi dado pelo Plenário. Pedimos um prazo até o dia 14. Estaríamos abrindo mão de um prazo e nós pedimos a prorrogação.

Acolhendo parcialmente a sugestão de V.Exa. e naturalmente submetendo-a ao Relator, poderíamos fazer uma discussão hoje, talvez até sem prejuízo de



inscrições, mas marcamos uma reunião com *quorum* de votação, o Relator diz se acolheu ou não acolheu, e nós votamos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão a V.Exa. e também ao Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. Na sequência, fala o Relator.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Acho que é extremamente ponderada a posição do Deputado Ivan Valente, porque nós estamos tratando de uma matéria delicada, apesar de haver vários posicionamentos já expressos aqui no próprio relatório.

Pela parte da manhã, houve aqui um debate na oitava das entidades. Não pude estar o tempo todo, mas recebi um material que achei extremamente interessante, pertinente. Acho razoável nós nos aprofundarmos nessa questão. Li o relatório, fiz alguns apontamentos, para poder começar a discutir. Mas hoje ele está enriquecido por esses outros apontamentos.

Do ponto de vista também de caráter pessoal, que a gente tivesse mais um prazo, porque acho que a matéria demanda um prazo. Estamos falando de uma dívida de 40 anos, 50 anos. Não vou nem quantificar aqui. Mas estamos num trabalho hercúleo do próprio Relator. E que se chegue a um denominador, a alguma coisa.

Se nós encerrarmos da forma que está, com todo o respeito ao relatório e à demanda, eu acho que a gente parece que não dá um direcionamento ao que vai ser proposto. Não a realidade, não o que está efetivamente sendo discutido, que está ocorrendo na atualidade e que a transparência é maior, mas, sim, o que já foi feito. Nós estamos, mais uma vez, colocando uma pá de cal, o que acho que não é interesse nosso aqui da CPI; meu, particularmente, não é.

Mais uma vez, vou ponderar com V.Exa. e com o Relator que esse material recebido — e estou fazendo a leitura dele, eu o recebi ainda há pouco — tinha algumas coisas que iam ao encontro do que já havia analisado no relatório. Mas eu vou pedir essa ponderação, para que a gente possa... Primeiro, porque a Ordem do Dia pode começar a qualquer momento. Estamos com duas matérias; além da medida provisória da Previdência, outras matérias delicadas no Plenário. E eu sou



Líder. Daqui a pouco, vou ter que sair para conduzir uma reunião da minha bancada. Se isso fosse possível, dentro dessa ponderação, que a gente estipulasse uma reunião específica, até mais cedo, às 13 horas, como sugeriu aqui, na terça-feira, para que as pessoas tivessem condições para poder debater.

Acho que a gente está muito próximo de chegar a um consenso. Se isso prevalecer, todos nós sairemos ganhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado. O Relator quer se pronunciar.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, assim como houve a obstrução hoje de alguns Parlamentares na Comissão, e houve aquilo que V.Exa., brincando, chamou de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obstrução técnica.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - ...obstrução técnica, pode haver amanhã, depois de amanhã, na terça-feira e na quarta-feira, e nós esgotaremos pela terceira vez o prazo que o Plenário nos deu.

Minha sugestão é a seguinte: que V.Exa. convoque uma reunião para hoje à noite, depois de encerrados os trabalhos do Plenário; outra para amanhã, pela manhã; e outra para amanhã, à tarde. Então, terminaríamos amanhã, talvez, a discussão e, na próxima semana, terça-feira, votaríamos. Talvez até pudéssemos votar amanhã mesmo, se for o caso. Mas que não votássemos amanhã, votássemos na terça-feira.

Esta é a minha sugestão para que não percamos o trabalho de 8 meses desta Comissão e o grande esforço que têm feito especialmente os Deputados que estão aqui presentes, em especial o autor do requerimento, Deputado Ivan Valente. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado. A sugestão do Presidente é a seguinte: por um acordo, suspenderíamos a nossa reunião agora. Esta reunião seria suspensa e não encerrada, e nós voltaríamos a nos reunir depois da Ordem do Dia de hoje.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Faríamos uma reunião amanhã. Não, hoje. Esta seria suspensa, não seria encerrada. Ela seria suspensa, e



voltaríamos mais tarde para iniciarmos a discussão. Deixaríamos marcada uma reunião. Acho que amanhã de manhã é difícil haver plenário. Todas as Comissões, normalmente, estão ocupadas. A gente poderia fazer à tarde, podendo prorrogá-la até quinta, mas já com o compromisso prévio aqui de haver o encerramento das discussões, no máximo até quinta-feira. E já deixaremos marcada votação para terça-feira e quarta-feira como reserva, que é o nosso último dia. Há acordo quanto a isso?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só por uma questão de realismo, porque para mim não tem problema nenhum. Mas olha o *quorum* aqui, depois o *quorum* às 23 horas vai diferente deste aqui? Temos uma sessão hoje para votar reajuste do salário mínimo e depois o Ficha Limpa, numa extraordinária. Bem, vamos ser realistas. Se o Relator quiser dar continuidade amanhã às 13 horas, eu acho correto. A gente pode manter até o *quorum*. Mas agora à noite, manter...

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Deixe-me dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Só para saber, Deputado Ivan: V.Exa. sugere que nós encerremos esta discussão...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Porque não vai dar nem para começar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - As razões estão claras. Faremos uma nova reunião amanhã.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Vamos tentar hoje, Deputado Virgílio. A gente não sabe como vai se comportar o Plenário hoje. Quem sabe a gente pode vir aqui às 8 horas. O *quorum* está baixo aqui agora, mas há *quorum*. Todos nós sabemos que os Parlamentares estão envolvidos em várias Comissões. Então, sendo necessária a votação, certamente os Parlamentares que deram *quorum* à sessão estarão aqui para votar. Eu acho que isso é simples: recompor a presença. O *quorum* existe, mas não apresenta neste momento. Eu, por exemplo, neste momento, deveria estar na Comissão de Orçamento, numa audiência pública. Estou aqui para falar pela Liderança do PMDB.

Havendo boa vontade dos colegas, como disse o Relator, não há nenhum problema. Agora nós não podemos passar vergonha aqui, deixar de encerrar essa discussão até quarta-feira, que é o prazo que, pela terceira vez, o Plenário nos deu. Peço ao Presidente que possa nos dar essa oportunidade e continuar o debate hoje,



após às 20 horas, às 21 horas, porque hoje é dia de trabalho mesmo. Podemos ir até meia-noite. Acho que debater isso e tentar votar, o mais tardar, na semana que vem.

O Relator está disposto a discutir o máximo possível, acolher sugestões, mas se a gente tem oportunidade de estar aqui hoje, terça-feira, amanhã, e nós sabemos das dificuldades de compor esse *quorum* na quinta-feira, vamos tentar fazer esse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Haveria, Deputado Ivan e Deputado Leal, a concordância de encerrarmos a discussão esta semana e já marcarmos para terça-feira reunião diretamente de votação, com a discussão encerrada? Parece que esse é o ponto central. Seria isso, Relator, pelo que entendi.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Na terça-feira seria marcada para votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Votação.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu só acho que fica difícil a questão dessa discussão agora, a discussão agora ou se não hoje à noite. Eu acho que isso vai ficar inviável. Faria amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas haveria um compromisso de encerramento da discussão esta semana, ou amanhã ou quinta?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, só para advertir um pouco o Plenário. Nós só temos 2 dias úteis: hoje e amanhã. Nem pensem em continuar a discussão quinta-feira que não haverá...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Mas é hoje e amanhã mesmo.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Hoje, que é dia de votação no plenário, o *quorum* está baixo aqui, imagine quinta-feira.

Outro ponto é que nós já começamos a sentir a obstrução aqui na Comissão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos fazer o seguinte: quando não há acordo, funciona o Regimento. Eu vou abrir a discussão, pôr a discussão para andar até a hora em que começar a Ordem do Dia. O acordo que existe é o Regimento Interno.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu concordo com V.Exa. e quero dizer só o seguinte: aqui não está havendo nenhuma obstrução. Obstrução é da maioria que não compareceu à CPI. Os que estão aqui compareceram. Essa é a obstrução real, viu, Sr. Relator. Nós podemos ter uma votação que não tenha *quorum* aqui. O seu relatório pode não ser votado. Isso eu não quero. Eu quero apresentar, também, um voto. Eu quero ter *quorum* para votar. Só isso, até para não desmoralizar nem a CPI nem todo o trabalho da CPI. Essa é que é a vergonha, entende, dessa CPI. Ela precisa ser convocada. Podemos abrir o debate porque as pessoas já se colocaram. Não tem nenhum problema.

Peço ao Relator que siga o Regimento, aí a continuidade nós veremos depois, com o *quorum* necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. Esta reunião ordinária foi convocada para discussão e votação do relatório final da Comissão, já distribuído.

Peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. Os Deputados interessados em discutir a matéria deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Cada membro da Comissão inscrito terá o prazo de 15 minutos para discutir a matéria. E é bom esclarecer que os apartes são incluídos no tempo. Os Deputados que não fizerem parte da composição da CPI terão o prazo de 10 minutos. Será concedida a palavra segundo a ordem de inscrição, alternando um orador contra e um a favor da matéria, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 172. Serão permitidos destaques supressivos ao relatório, sujeitos à deliberação da Comissão, sugestões que poderão ser acatadas ou não pelo Relator.

Em discussão o relatório. Abertas as inscrições. (*Pausa.*)

Se ninguém se inscrever, vou encerrar a discussão. Não tem sentido. Abertas as inscrições. Não me encaminharam. Já falei abrir, abertas as inscrições. Já disse abertas as inscrições, iniciada a discussão, já foi anunciado aqui, já foi anunciado. Iniciada a discussão, aplica-se o Regimento. As pessoas se inscrevem. Eu não preciso dizer que está aberta a inscrição. Iniciada a discussão da matéria, se ninguém se inscrever, eu peço a alguém que me substitua...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - É que me passaram uma lista para inscrição. Eu imaginei que tivesse saído da Mesa a lista.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, se não chegou, vale... Esqueceram de me avisar. E aí vale a inscrição diretamente...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Mas há uma lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Como sempre, essa é a lista que fica ...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - A competente assessoria passou a lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A favor, está aqui o Leonardo Quintão, Ricardo Berzoini; contra, Ivan Valente, Paulo Rubens. Deputado Hugo Leal, se inscreveu? Contra ou a favor?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Para discutir.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Contra ou a favor não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É regimental, mas sem...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não há uma lista a favor e outra contra. Isso é uma anomalia que foi criada na sua lista, Presidente. Permita-me, não existem duas listas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, não há duas listas. Mas tem que alternar, Deputado Ivan Valente. Isso é do Regimento da Casa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - É que o Deputado Ivan Valente é contra, em termos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Estou me inscrevendo aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu falei que é uma anomalia, não quer dizer que eu não seja contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Passo a palavra ao primeiro inscrito para discutir a matéria, Deputado Leonardo Quintão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Muito obrigado, Deputado Virgílio.

Neste primeiro momento — eu sou suplente da Comissão, pude estar aqui algumas vezes no papel de suplente —, quero parabenizar o Deputado Pedro pelo relatório de quase 300 páginas. Esta CPI se reuniu durante 8 meses. Tivemos aqui



quase 20 audiências públicas durante esse período, quando foi dada a oportunidade para praticamente todos os interessados serem ouvidos.

Eu quero dizer, Deputado Pedro, que é notório que a nossa dívida tem aumentado. Praticamente em 10 anos mais do que dobrou e mais um pouco, de 680 para 1 trilhão e quase 500.

Temos que tomar um rumo no País. Na semana passada, o COPOM aumentou, mais uma vez, a taxa SELIC. E é interessante que para reduzir, reduz a conta gotas, a ponto 25, ponto 50, mas para aumentar dá uma pancada só, ponto 75.

Temos que dar o nosso parecer de que isso tudo contribui com o aumento da nossa dívida. É interessante que o único país que está aumentando os juros é o Brasil. Os Estados Unidos permanecem, a Europa está diminuindo ainda, o Japão está negativo, e o Brasil dá essa pancada que é difícil para um economista entender o que houve. Para conter a inflação, eu vejo que não é, porque isso não contém inflação. O povo brasileiro já está com dificuldade de consumir novamente e agora esse aumento de juros vai dificultar mais ainda o acesso ao crédito.

Quero dar esse testemunho, parabenizar o Deputado Virgílio, que tem feito um brilhante trabalho. Foram 8 meses. Eu quero parabenizar também a Auditoria Cidadã da Dívida, que todas as vezes encaminha ao nosso gabinete informações, contestações.

Existem aqui algumas recomendações. Durante essa discussão pelo PMDB, Deputado Pedro, eu vou encaminhar algumas a V.Exa., para que a gente possa discutir e, quem sabe, ser acatado ainda antes da votação desse relatório.

Em síntese, acho que nunca foi feito por esta Casa um trabalho como esse. Tenho certeza que, daqui para a frente, com esse relatório, o Governo Federal poderá, sim, tomar algumas posições que venham a mudar a política econômica do Governo. Os títulos do Governo que estão sendo emitidos estão pagando 4, 5 vezes mais do que títulos europeus, americanos, 10, 7 vezes mais do que os japoneses e o Risco País está baixíssimo. Então, não faz sentido.

Em síntese, a política econômica do Governo tem que mudar. Temos que continuar baixando os juros. Com lamentação, num ano de eleição, a gente vê o



COPOM aumentar a taxa de juros do País. E como eu disse, para diminuir, é ponto 25, mas para aumentar é uma pancada só de quase 1%.

Apoio o relatório do Deputado Pedro. Em nome do PMDB, eu encaminho para a aprovação do relatório, com alguma modificações que nós iremos encaminhar depois a V.Exa., Relator. Parabéns pelo trabalho, e esse relatório certamente irá conduzir projetos de lei a esta Casa e também auxiliar o Governo, politicamente, a tomar posições para que a gente possa conter o aumento da dívida pública, tanto do Governo Federal, dos Governos Estaduais.

O nosso Estado, Deputado Virgílio, lamentavelmente, já está com a dívida pública quase incontrolável. Nós que somos de Minas teremos certamente, no próximo Governo, de tomar providência nesse sentido.

Então, muito obrigado. Conte com o PMDB nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado Deputado Leonardo.

Antes de passar a palavra ao Deputado Ivan Valente, registro que de fato o Regimento diz que *“os oradores terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente, a favor e contra.”* Depois diz lá que os Deputados, ao se inscreverem para a discussão, deverão declarar-se favoráveis ou contrários à proposição em debate, para que ao orador favorável suceda, sempre que possível, um contrário e vice-versa. Se todos forem a favor, ou todos foram contra, será dada pela ordem de inscrição. Então, de fato é isso.

Aqui diz “deverão”. A palavra “deverão” é um dever, não é? Um dever. Mas vamos acolher. O Deputado Leal deve ser a favor de uns pontos, contrário a outros. Deixemos do jeito que está.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente par discutir a matéria. V.Exa. tem 15 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados, primeiro, eu queria fazer um registro da nossa reunião. Nós tivemos o relatório do Relator, foi pedido vistas, mas eu queria lembrar que o Relator nomeou 3 sub-relatores. Nenhum deles se encontra presente neste instante de discussão e votação do Relatório final. Várias pessoas que foram assíduas nesta Comissão, como o Deputado Paulo Rubem, o Deputado Hugo Leal, o Deputado



Pedro Fernandes, também... Só a Deputada Jô Moraes tem mantido uma frequência razoável. Não foram solicitados a contribuir com o relatório.

Quero frisar que as pessoas que foram nomeadas como sub-relatores à grande maioria das audiências não compareceram. É interessante fazer esse registro aqui, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu quero registrar que lemos o relatório apresentado pelo Deputado Pedro Novais e entendemos que o relatório mostra a seguinte situação: é um relatório longo, como nossa CPI teve muitas oitivas, personalidades importantes fizeram depoimentos. Ao mesmo tempo, nós não conseguimos trazer para cá os principais responsáveis pela política econômica em períodos determinados — foi o caso do Pedro Malan e o caso do Palocci, só no último dia conseguimos trazer o Mantega e o Meirelles. Fica claro o seguinte: primeiro, o Relator constata várias questões que são explícitas nos trabalhos que foram levantados pela assessoria da própria Comissão. Por exemplo, reconhece que o fator mais importante para o crescimento da dívida pública são as altas taxas de juros. Correto. Mas não faz a ligação disso com os beneficiários das altas taxas de juros. Quem são os beneficiários das altas taxas de juros? Quem determina as altas taxas de juros? Com que interesse eles determinam as altas taxas de juros?

Ainda, falando em juros, o Relator não constata no seu relatório algo que é uma ilegalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal: juros sobre juros, anatocismo, tanto na dívida externa quanto na dívida interna. Esse é um primeiro registro que eu queria fazer. Registra-se que os juros foram o maior responsável, claro, porque é a maior taxa de juros do mundo, ainda há o anatocismo, juros sobre juros, mas não se desenvolve no processo a lógica de que há beneficiários com essa política. Ou seja, é o capital financeiro.

E aí nós temos várias questões para levantar, Sr. Presidente, Sr. Relator, que mostrariam exatamente uma outra forma de abordar e de sugerir para a CPI como daríamos um tratamento sobre os juros. Relator Pedro Novais, nós tivemos agora, nesse intervalo que o senhor entregou o relatório, um crescimento da taxa de juros bastante impactante, de 0,75 só de uma vez, com a previsão de chegada no fim do ano de 11 ou 11,5% de taxa de juros. Então, a CPI deveria e poderia se manifestar sobre isso.



Primeiro, quero destacar essa questão. Por exemplo, reconhece também que os preços administrados exercem pressão sobre a inflação e que isso não se resolve com a alta taxa de juros. Ora, o Governo pode tratar dos preços administrados. A alta de juros, o controle da inflação eles fazem, mas os preços administrados eles não fazem. Isso mereceria uma sugestão de primeira linha, porque isso pega o povo, que acaba sendo tendo impacto pela alta dos preços administrados. Nós poderíamos sugerir isso também.

O Relator também admite que a principal causa da dívida interna se deveu à liberdade de movimentação de capitais, com o qual eu tenho concordância, bem como a desvalorização cambial e mais recentemente as operações de mercado aberto que superam 500 bilhões de reais.

Fica evidente, Sr. Relator, que todo um debate que se faz na sociedade sobre os gastos públicos com serviço público, com a Previdência, é uma grande balela. O grande responsável pela explosão da dívida interna foi a liberdade da movimentação de capitais. É para atrair o capital, oferecer altas taxas de juros naquele momento — e continuamente pelo Governo Fernando Henrique e pelo Governo Lula essa atração toda — e fazer operações atrativas para o capital, como nas operações de mercado aberto, as principais questões que levaram à emissão de títulos públicos bastante saborosos para o mercado e para os especuladores financeiros.

Digo que o Relator constata, mas ele não tira as consequências para a sua conclusão posterior. Também assume que a dívida dos Estados cresceu devido à política de juros altos do Plano Real, antes mesmo de serem refinanciados pela União. Tivemos aqui hoje pela manhã o representante de uma entidade que falou da dívida dos Estados e fez sugestões. Inclusive quer substituir o IGP-DI pelo IPCA, não deixar que haja a cobrança de juros, porque os Estados não são responsáveis.

E nós fizemos adendo a essa questão a seguinte situação: a situação dos Estados e dos Municípios se tornou rigorosamente complicadíssima e insolúvel. Eu dei aqui o exemplo da administração de São Paulo, que em 2008 gastava... O acordo era gastar 13% da arrecadação de impostos para o pagamento de juros, o que daria em torno de 2,2 milhões de reais. Hoje a cidade de São Paulo gasta 20%, 3 bilhões de reais só com juros da dívida pública, levando em conta que



a dívida saltou no acordo que foi feito com os Estados lá em 1997 para o momento atual de 10 para 40 bilhões de reais.

Por exemplo, aqui nós tínhamos que intervir. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu mecanismos aí nessa questão. Houve falta de regulamentação sobre isso. Houve acordos leoninos para os Estados, o IPC até mais 9% de juros. Poderíamos ter sido altamente contundentes nessa questão. E reconheço também ser importante computar a dívida bruta e não a dívida líquida, como o Ministro da Fazenda fez aqui. Tem sido a tônica dizer que a dívida é baixa porque a dívida líquida é abaixo de 40%, ou coisa assim. Temos de levar em conta essa dívida também.

O reconhecimento de que as taxas de juros que pagamos para acumular reservas internacionais são as maiores do mundo e não rendem quase nada também não dá ao relatório o impactante resultado dessa política. Nós captamos recursos, emitimos títulos públicos, compramos dólares com reais, fazemos reservas internacionais e três quartos dessas reservas internacionais em dólar estão em títulos do Tesouro americano e são remuneradas a juros zero praticamente. Enquanto isso, emitimos títulos públicos que podem chegar à SELIC de 8,5% até 13%, como os estudiosos da CPI mostraram aqui.

Tudo isso foi feito. Na hora de mostrar os pontos, realmente, na hora de indicar, Sr. Relator — e aí nós temos, sem dúvida, uma divergência grave —, relatório final, em nenhum momento, relaciona nenhum tipo de irregularidade ou ilegalidade da dívida pública brasileira, seja ela externa seja interna. Com isso, o que nós fazemos aqui é mais ou menos fazer um seminário, uma análise da dívida, dizendo, no final, que, de alguma forma, esse processo está superado. É a divergência fulcral que nós temos com o relatório. Por quê? Porque vários depoentes que aqui estiveram, vários depoentes, a começar pelo Tribunal de Contas da União, encontrou, sim, e disse, e está na gravação, diversas irregularidades, ilegalidades, como os estoques errados da dívida, o endividamento feito sem autorização do Senado. Isso tem que ser levado em conta.

A partir da localização de irregularidades e de ilegalidades, eu acho que é prudente uma CPI, para isso ela serve, a Comissão Parlamentar de Inquérito, dar



continuidade às investigações em outras instâncias, inclusive com o levantamento de pessoas responsáveis por isso.

O Ministério Público está aí para isso. É fundamental que a CPI acione o Ministério Público. E digo mais: eu acho que todo o debate que nós fizemos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, sobre o crescimento da dívida pública, sobre a sua explosão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa. tem 2 minutos ainda.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O tempo é demarcado? Eu não sabia, não. O senhor não me avisou no começo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Quinze minutos. Mas V.Exa. tem a tolerância de todos. Eu avisei, mas terá a tolerância, pelo deleite nosso e da plateia de ouvi-lo. E pela importância, não só deleite.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou pensando que a reunião nossa aqui é aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Para os quiseram fazer o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Diante da polêmica que tivemos, eu avisei que aplicaria o Regimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, Sr. Presidente, volto a dizer o seguinte: a questão central é o envio ao Ministério Público. O crescimento exponencial da dívida pública, como é o caso da dívida interna, que saltou, em 1996, de 60 bilhões de reais para, hoje, 2 trilhões de reais, sem contar a rolagem da dívida, brutal... E nós pagamos nesse período mais de 1 trilhão de reais. Isso aí é na dívida interna. A dívida externa é a mesma coisa. Fizemos um longo pagamento, a exportação líquida de capital para o exterior, e não houve ninguém que foi penalizado por isso, inclusive por assinar contratos com juros flutuantes.

Não há nenhum tipo de indicação de que a única forma de se chegar a uma investigação com maior profundidade... Os relatórios do Banco Central aqui não vieram, e eu quero denunciar isso. Em primeiro lugar é o seguinte: o relatório do Banco Central, que deveria fornecer o perfil dos detentores de títulos públicos, não veio para cá. O Relator conclui que a maioria dos detentores de títulos públicos está



na classe média, que só 24% estão com os bancos, 24% dos títulos públicos. Nós não temos esse dado.

Quando nós quisemos abrir a lista dos detentores, não só o perfil por faixa, Deputados desta Casa se levantaram e se ausentaram definitivamente da Comissão, por achar que isso era quebra de sigilo. E aí nós poderíamos quebrar sigilo, etc. Não, nós só queríamos saber o verdadeiro perfil da dívida. Por isso, a principal questão a ser defendida é a auditoria da dívida pública.

Peço ao Relator que, em seu relatório, tenha sensibilidade para trazer essa questão. Eu acho que esse é o ponto, mesmo que a gente não concorde com todas as análises, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria dizer o seguinte: a dívida externa existe, ela está aí, ela precisa ser paga. O fato de as reservas internacionais equilibrarem não quer dizer que não exista dívida; ela está aí e têm custo as reservas internacionais.

Nós temos aqui um relatório, Sr. Presidente. Eu quero concluir com isso. Se o Relator não aderir a essa questão do envio ao Ministério Público e também à auditoria da dívida, que é constitucional — art. 26, ADCT —, nós vamos apresentar um relatório, um voto em separado. Quero dizer que eu vou apresentar um voto em separado a esta Comissão. Tenho uma lista de questões a serem enviadas ao Ministério Público e acho que esse é o ponto central para a gente não ficar com uma CPI que faz história. Porque todo o levantamento, todo o trabalho que foi feito aqui nesta CPI é história, Relator Pedro Novais. Nós estamos fazendo história aqui. Mesmo que o capital financeiro seja hegemônico e ele não tenha interesse em fazer a divulgação desses problemas, e mesmo as propostas que V.Exa. faz de projetos de lei, algumas das quais até subscrevemos, elas não têm divulgação nos meios de comunicação. Mas nós estamos fazendo história.

Então, nós queremos dizer, Deputado Virgílio, que vamos apresentar, se não houver a ideia de acionar o Ministério Público com as grandes irregularidades, ilegalidades que foram constatadas sim, nesta CPI.



E também quero dizer ao Relator — aí, sim, uma divergência fundamental com V.Exa., que estou aqui com a página 27 do seu relatório, Deputado Pedro Novais, em que está escrito assim: *“Impacto nas políticas sociais”*. O senhor fez 3 parágrafos, fez 3 itens: 91, 92 e 93. Eu quero lembrar que a ementa da CPI é exatamente esta: *“CPI para investigar a dívida pública brasileira e os impactos na vida econômica, social, política e ambiental”*. Está lá. Então, só citar esses impactos e dizer: *“Bom, podíamos ter outras políticas públicas...”* E ainda, no Item 93: *“Queria destacar que o crescimento satisfatório que a economia passou a ter nesse período não dependeu do endividamento, nem do déficit público...”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... *porque tem um novo tipo de crescimento, mantido o equilíbrio fiscal e o controle da inflação...”*

Isso aqui é muito pouco, porque nós desumanizamos o papel da dívida. A dívida jogou 380 bilhões de reais para juros e amortizações no ano passado. Isso significa menos educação, menos saúde, menos transporte, menos moradia, infraestrutura, desenvolvimento nacional autônomo e soberano, tudo isso. É isso que falta. Eu acho que o nosso relatório vai dizer que o impacto do pagamento da dívida pública brasileira, com as suas ilegalidades e irregularidades, é um impacto monumental na vida dos cidadãos brasileiros e isso não é ventilado. Isso não é medido em sofrimento, em humilhação, em falta de esperança, em falta de condições e de políticas públicas adequadas, enquanto meia dúzia de banqueiros enche o bolso, nacionais e internacionais; enquanto o Brasil roda num giro financeiro que, rigorosamente, não atende aos anseios do desenvolvimento econômico sustentável no nosso País.

Por isso, nós vamos apresentar. E vou convidar vários Parlamentares que não tenham feito voto em separado que queiram assinar conosco, estão convidados a fazê-lo.

Então, eu queria, Sr. Presidente, dizer o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - São 5 minutos adicionais, Deputado.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só queria finalizar, Presidente. V.Exa. me incitou a falar primeiro, inclusive, eu que sou voto contrário.

Eu queria dizer o seguinte: o nosso relatório inclusive vai pontuar os indícios de ilegalidade das dívidas externa e interna ponto a ponto, eu não tenho condições de ler agora.

Eu podia até solicitar que fosse lido o voto em separado, Presidente, regimentalmente. Posteriormente, se o Relator não acatar, eu posso até solicitar que ele seja lido. Eu acho que é regimental.

Só queria lamentar que o nosso Relator não pôde estar presente, hoje de manhã, no debate com todas as entidades da sociedade civil que prestigiaram aquele evento, promovido pela própria Comissão. É isso o que eu queria dizer.

Então, se o relatório for mantido, nós teremos um voto em separado e votaremos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado.

Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Berzoini, para falar contrariamente.

Já ouvimos o Deputado Leonardo, que foi o primeiro a falar, falou contrariamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Falou favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O próximo agora é a favor.

Depois do Deputado Berzoini, teremos o Deputado Paulo Rubem, falando contrariamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. e Sras. Parlamentares, eu acho que esta CPI certamente vai ser avaliada por cada um dos seus membros e pelo conjunto do Parlamento a partir das expectativas que cada um tinha a respeito dela. Por exemplo, sempre houve uma tendência de alguns setores de buscar ilegalidades, ou até mesmo fraudes, na gestão da dívida pública. Claro que é sempre possível que existam. Como disse o Deputado Ivan Valente aqui, o TCU apontou irregularidades eventuais na gestão.

Mas o Brasil, nos últimos anos, especialmente nos últimos 20 anos, aperfeiçoou muito o processo de acompanhamento, supervisão e transparência na gestão da dívida pública. Eu digo porque acompanho isso há muito tempo e pelos



dados apresentados pela Internet e também pelos relatórios apresentados ao Parlamento e à sociedade nós podemos acompanhar a evolução da dívida, a composição, a duração média dos títulos, a duração específica de cada modalidade de título, a rentabilidade e outros parâmetros importantes para avaliação.

Então, esta questão das fraudes e ilegalidades pode até constar do relatório aquilo que o TCU aponta, não vejo problema nisso. Obviamente, em alguns casos, sem juízo, porque o TCU, em alguns casos, não apreciou definitivamente os relatórios apresentados pelos técnicos.

A outra expectativa é fazer um bom debate sobre o que é dívida pública no Brasil, interna e externa; a sua comparação com outros países do mundo; o impacto que teve na economia ao longo dos últimos 50 anos e o impacto que teve nas políticas sociais. Acho que essa é a parte talvez mais meritória desta CPI, que merece, com certeza, a nossa atenção do ponto de vista de nós projetarmos para o futuro soluções duradouras, soluções sistêmicas, que permitam que o Brasil não sofra novamente com situações que foram extremamente danosas ao povo brasileiro, a partir de decisões equivocadas de política econômica, de decisões equivocadas de como solucionar momentos críticos de crises econômicas, situações de crises sistêmicas no setor financeiro, situações de crise no modelo de financiamento do setor imobiliário, que são a origem do crescimento da dívida pública.

A dívida pública por si só não é um mal, todos os países têm. Alguns países têm em percentual muito mais elevado que o Brasil e neste momento nós vivemos uma crise da dívida na Europa, uma crise aguda. Os Estados Unidos vivem já há duas décadas uma crise das dívidas e dos déficits, que acabam impactando a economia americana. No caso do Brasil, o que fica claro no processo de discussão da CPI e também aparece no relatório, ainda que talvez de uma maneira bastante mais branda do que a realidade, é o fato de que o Brasil passou por um período de esgotamento do processo de endividamento, passou por um período de reorganização da sua dívida e, depois, voltou a ter um crescimento exacerbado da dívida por equívocos de política econômica, especialmente do primeiro mandato do governo passado. Isso provocou, com um processo de busca de equilíbrio artificial da economia, o crescimento exponencial da dívida até 2002. Não apenas o



crescimento em relação ao PIB, da dívida interna e da dívida externa, mas a deterioração da composição da dívida: o crescimento da indexação cambial da dívida, a redução do prazo de vencimento e o custo da dívida cada vez mais elevado. É só ver os gráficos que apontam, no próprio relatório, o impacto sobre o Orçamento Público do endividamento do País, por exemplo, no ano 2002, e depois, nos anos subsequentes, quais as mudanças qualitativas que ocorreram.

Eu posso dizer com tranquilidade que, e acho que esta CPI deve registrar de uma maneira bastante objetiva, para além das preocupações sobre o impacto das políticas sociais, que obviamente é algo da maior relevância, nós podemos dizer que a trajetória que nós encontramos hoje em relação à dívida brasileira é benigna, caminhando para uma situação de sustentabilidade. Eu não diria que é sustentável ainda, diria que é uma situação hoje de tendência à sustentabilidade.

Como eu falei, no momento em que na Europa, Grécia, Espanha, Portugal, Itália e outros países vivem uma crise que pode levar, inclusive, à fragilização do euro, nós temos no Brasil uma situação em que não há nenhum risco grave, iminente ou previsível em relação à sustentabilidade da dívida interna e da dívida externa.

No caso da dívida externa, em que pese as reservas e as ressalvas, a diferença de remuneração entre o ativo e o passivo das reservas internacionais e da dívida externa, nós temos a situação de dívida líquida zerada ou dívida negativa.

No caso da dívida interna, nós superamos o problema da indexação cambial, melhoramos a composição do título de indexação da dívida interna e conseguimos ampliar, ainda de maneira insuficiente, na minha opinião, os prazos de vencimento médios e modais da dívida interna.

De maneira que podemos dizer hoje com tranquilidade que o Brasil tem condição de buscar uma sustentabilidade da dívida interna, com taxas menores, e que a única razão para elevação de 0.75% da taxa SELIC é uma questão de política monetária com estratégia de combate a inflação que não é objeto específico desta CPI, mas, evidentemente, por razões conexas, tem também a possibilidade de discussão.

Mas, mesmo assim, caro Relator Pedro Novais, caro Presidente Deputado Virgílio Guimarães, para quem viveu no Governo Fernando Henrique Cardoso taxas



nominais de até 43%, na taxa SELIC, hoje você imaginar que aumentou... Segundo foi dito aqui, houve uma paulada, palavras que o Presidente Henrique Meirelles usou em alguma entrevista à imprensa, mas uma paulada que levou o juro real a 4,2% em relação à expectativa de inflação para os próximos 12 meses. Ou seja, uma taxa que evidentemente é maior do que a imensa maioria dos países do mundo, mas do ponto de vista de custo efetivo para o Orçamento ela traz para um nível de razoabilidade, como nós nunca vimos no Brasil.

E nos permite também imaginar que, dado que há um entendimento majoritário desta Casa e desta Comissão de que esse pequeno repique inflacionário tem a ver mais com situações sazonais e situações específicas de alguns nichos de mercado, não haverá necessidade de permanecer um ciclo de alta de juros. Claro, que, evidentemente, o COPOM poderá insistir nesta tese, mas não há necessidade de haver.

Na verdade, tem de haver um refluxo de inflação agora nesse período, porque passou o ciclo das chuvas, reajuste das mensalidades escolares, reajuste de transporte coletivo, que impactou decisivamente na inflação neste começo de ano. A tendência agora é que haja uma certa estabilidade e há a tendência e há a possibilidade, portanto, de redução.

Agora, há uma questão que eu acho que esta Comissão pode, sim, se debruçar no seu relatório final e o Relator pode avaliar a possibilidade de incorporação ou não. São duas questões importantes: uma, se nós deveremos, em algum momento, sugerir que a decisão sobre taxa de juros não fique restrita à visão hoje de uma certa autonomia informal do Banco Central, de um COPOM onde todo o foco de discussão é política monetária. Esse é um debate de política econômica. Em que medida alguns diretores do Banco Central poderão ter autonomia para estabelecer um custo adicional para a dívida interna, um custo adicional para a gestão do orçamento público para impactar decisivamente nas expectativas de crescimento do País, para impactar decisivamente nas expectativas em relação ao desempenho da nossa economia.

Eu acho que daí advém outra questão, a questão é o COPOM e a sua composição. Na minha opinião, deveria ser órgão governamental, que tivesse uma



amplitude maior, onde pudesse até ter um grande peso o Banco Central, mas que houvesse a participação de outros setores do próprio Governo.

E o Conselho Monetário Nacional, que fixa a estratégia monetária para o próximo período, para cada período em que examina a situação do País, que possa ter a participação de setores não governamentais — já foi assim no passado, o Conselho Monetário Nacional foi criado com essa natureza, com a participação de vários setores do Governo não ligados apenas à gestão orçamentária, financeira, bancária —, e também a participação de representações do setor privado — trabalhadores e empresários.

Digo isso porque, na minha opinião, recentemente, inclusive no nosso Governo — vou deixar claro que não vai aqui nenhuma defesa apenas de caráter político-partidário ou de embate de Situação/Oposição —, em 2004/2005, houve uma superestimação do risco inflacionário e uma desconsideração de que uma boa parte dessa inflação estava vinculada à alta do petróleo naquele momento e o impacto que tinha em vários insumos da cadeia produtiva e onde a taxa de juros não faria efeito maior do ponto de vista do combate inflacionário.

Esse é um debate fundamental para o País, porque nós temos uma discussão sobre política de Governo, mas temos uma discussão importante sobre política de Estado, até que ponto nós devemos deixar — em algum momento se deixou até por razões talvez de avaliação do impacto que teria nas expectativas macroeconômicas —, a questão da definição de parâmetros para a política monetária e para a política de financiamento, através da expansão do crédito e da perspectiva de gestão de linhas específicas de crédito para apenas 3 representantes do núcleo da política econômica, por mais gabaritados, capacitados e compromissados com o futuro do País que sejam.

Então, eu acredito que o relatório poderia ainda, Sr. Relator, se debruçar, talvez, na perspectiva de que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados possa fazer um debate e o relatório sugerir que, através dos mecanismos institucionais da Casa, possamos fazer um debate sobre esses 2 aspectos: o papel do COPOM e o papel do Conselho Monetário Nacional dentro da perspectiva da decisão institucional, até porque nós somos Parlamentares, nós entendemos a natureza do nosso papel frente ao Executivo.



Mas, por exemplo, eu acho que a Câmara e o Senado tem um papel secundário em relação a essa questão, porque é uma questão eminentemente de interesse nacional. Nós podemos fiscalizar, protestar, reclamar, sugerir, propor leis, mas temos pouca capacidade hoje de interagir com as decisões fundamentais da política econômica, que em alguns casos vai em detrimento da realidade objetiva da população.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que, do ponto de vista desse ciclo econômico que vem desde o Plano Real, quando nós aqui, nós todos que já éramos Deputados em 2000, 2001, 2002, questionávamos o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central Armínio Fraga também sobre as tendências de endividamento do País, interna e externa, e a insustentabilidade daquele processo que foi até dezembro de 2002, nós podemos dizer hoje com satisfação e com tranquilidade que o Brasil reverteu essa tendência: a relação dívida/PIB caiu; a composição da dívida melhorou; a perspectiva de vencimentos dos títulos melhorou também; a dívida externa deixou de ser um problema agudo, tanto é que passamos por uma grave crise econômica internacional e a superamos com sucesso; e enquanto o resto do mundo se afunda no crescimento do desemprego Brasil, Índia e China ampliam o seu mercado de trabalho, ampliaram no ano da crise e ampliarão mais ainda este ano.

E nós temos como um dos grandes motivos dessa superação exatamente a responsabilidade que o Governo do Presidente Lula teve ao assumir como meta objetiva da política econômica, além de outras, a redução da dívida interna, a formação de reservas para a redução da dívida líquida externa e, portanto, a superação da fragilidade cambial brasileira.

Então, nesse sentido, eu acho que esse registro deve ser feito de maneira objetiva no relatório, porque se a dívida não deixou de ser um problema para o Brasil, porque não está superado o risco da insustentabilidade, ela deixou de ser um problema gravíssimo, e tem hoje, no horizonte, a perspectiva de termos um horizonte sustentável para superar, de uma vez por todas, esse impasse da questão da dívida em relação ao financiamento da economia.



Para isso, precisamos ter uma taxa de juros menor e precisamos ter um prazo de vencimento, alongamento do perfil da dívida e a redução dos custos do financiamento através da taxa de juros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu é que agradeço.

Com a palavra o nobre Deputado Paulo Rubem Santiago para falar contrariamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eminente Relator, eu vou partir na minha intervenção daquilo que fez com que nós constituíssemos a CPI. No *caput* do requerimento apresentado pelo Deputado Ivan Valente decidiu-se pelo seguinte: investigar a dívida pública, o pagamento dos juros, os seus beneficiários e o impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável. E creio que com a anuência de todos, ao lado do item pagamento dos juros, nós, certamente, incluiríamos as amortizações e os recorrentes mecanismos de refinanciamento, porque todos eles implicam uma nova ordem para o pagamento de juros.

Quando nós propúnhamos que a CPI, ao investigar a dívida pública, o pagamento dos juros, as amortizações do refinanciamento, identificasse os beneficiários e, ao lado disso, analisasse os impactos nas políticas sociais é porque não apenas a dívida pública, mas a adesão, eu diria, voluntária e a adesão caudatária da lógica da dívida pública nas contas nacionais fez com que, há 2 anos, uma emenda de nossa autoria, aprovada pelo Congresso para que se incluísse na Lei de Diretrizes Orçamentárias um anexo de metas sociais tivesse por parte do Ministério do Planejamento a recomendação encaminhada ao Presidente Lula para o seu veto, sem qualquer razão de ordem financeira, sem qualquer restrição de ordem orçamentária.

Então, começo colocando aqui a minha incredulidade. Refiro-me à nossa incapacidade, como País, de aprovar a exigência de um anexo de metas sociais, como temos o anexo de metas fiscais, a meta para o câmbio, a meta para o superávit, a meta para a taxa de inflação. O Congresso aprovou essa emenda amplamente discutida na Comissão Mista de Orçamento, e a recomendação do Planejamento ao Presidente Lula foi pelo veto ao anexo de metas sociais.



No meu ponto de vista, como não há razões de fundo orçamentário nem sequer de contrariedade financeira, isto é o reflexo de uma postura caudatária, servil, antinacionalista daqueles que hoje — e que vêm repetindo condutas de Governos passados — insistem em tutelar o Tesouro Nacional, tutelar o desenvolvimento, em nome da sustentabilidade da dívida pública e não da sustentabilidade do próprio processo de desenvolvimento.

E aqui vou dar um exemplo. Em 2007, o Ministro Paulo Bernardo esteve na Comissão Mista de Orçamento e apresentou os fundamentos da proposta do plano Plurianual para 2008 a 2011. E entre os números apresentados, a estimativa de investimentos para o plano Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, era de 532 bilhões com recursos públicos e contrapartidas privadas. São 532 bilhões para 4 anos de expectativa de investimentos nas obras selecionadas como prioritárias pelo PAC. Só no ano de 2008, o estoque da dívida que se venceria em 12 meses era equivalente a 600 bilhões de reais. Então, não sou eu que estou dizendo, são os números oficiais que comprovam que nós estamos progressivamente abrindo mão da administração de um processo de endividamento, como fator associado à capacidade de investimento do Estado, seja no orçamento fiscal, seja no orçamento de investimento das estatais. Estamos submetendo, subjugando o processo de desenvolvimento a uma outra ordem econômica que contraria a Constituição da República. Não há na Constituição da República Federativa nenhum capítulo, nenhum título, nenhum artigo, nenhum parágrafo que determine como prioridade para execução do papel do Tesouro Nacional financiar acumulação rentista. Essa é uma distorção com a qual setores ponderáveis da economia brasileira têm se alinhado e, lamentavelmente, setores ponderáveis da gestão pública da economia brasileira também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Berzoini) - Deputado Paulo Rubem Santiago, permita-me interrompê-lo só para avisar que começou a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Berzoini) - Se V.Exa. quiser pode interromper e retomar amanhã.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu não vou levar nem o tempo todo, estou calculando até as 17 horas, mas se houver regime de votação, como nós não podemos deliberar, mas podemos debater, eu vou dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Berzoini) - Pode prosseguir, então.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu estou-me referindo a essas questões porque, quando a gente ouve algumas afirmações, como ouvimos que questões referentes à definição da taxa de juros, diante de uma sistemática de combate à inflação fogem a esta CPI, isso não é verdade. A CPI tem como premissa básica — é o primeiro período do *caput* — “*Investigar a dívida pública*”. E eu fui um dos Deputados que, desde a primeira sessão, insisti numa lógica dessa investigação: o que forma a dívida pública, como se dá a gestão da dívida pública e como se faz para que ela se mantenha nas contas nacionais.

Então, é evidente que nós não podemos fazer de conta que a definição da taxa básica de juros e a forma como essa taxa básica é usada para indexar a remuneração dos títulos da dívida mobiliária não são objeto de investigação desta CPI. Eu não posso sair de um relatório de uma CPI dizendo: “*Bom, nós devemos ter uma taxa de juros mais baixa...*” O Banco Central, que é a nossa autoridade monetária, ao decidir se ouvia a sociedade para criar expectativa em relação à meta de inflação, ouve exclusivamente aqueles que não formam preços.

E aí eu quero resgatar aqui uma obra do querido professor Paul Singer — que já foi muito ouvido pelo PT, muito ouvido pelas centrais sindicais, pela esquerda brasileira —, escrita lá nos anos de 1980, Por que os preços sobem. Parece-me que as afirmações do professor Paul Singer não estão desatualizadas.

Ora, se a expectativa é de se promover o combate à inflação, se o diagnóstico pressupõe que ela é uma inflação de demanda — contra o quê diversos estudos têm comprovado exatamente o oposto, que a nossa inflação não é predominantemente nem exclusivamente de demanda —, o instrumento usado, que é o uso da taxa de juros para reprimir a demanda, é inadequado. E ele só permanece por uma adesão lastimável de boa parte das autoridades políticas e econômicas aos interesses do rentismo financeiro, predominante no País. Isso é evidente.

Então, se a CPI abrir mão de investigar como se forma a taxa de juros, qual é a relação da taxa de juros com o câmbio e quais são as ações que a autoridade



monetária, das quais precisa se valer para tentar equilibrar os frutos das suas próprias decisões... Porque, se lá atrás, quando nós fizemos o período considerado de alienação de ativos e vendemos ao mundo boa parte do nosso patrimônio estatal, o ingresso de capitais externos veio exatamente para participar da aquisição desses ativos. Isso está descrito magistralmente pelo professor Belluzzo, num dos capítulos do trabalho coordenado pelo professor Ricardo Carneiro, *A Supremacia do Mercado e a Política Econômica do Governo Lula*, 2006, pela UNESP. Magistralmente descrito. Se no primeiro momento vieram os capitais para adquirir o patrimônio estatal, para patrocinar o processo de fusões e de incorporações, progressivamente esses capitais deixaram de vir para aquisição de ativos produtivos, e vieram exclusivamente atraídos pela taxa de juros.

Ou nós não estamos lendo as informações do mesmo país, ou cada um de nós estamos em países distintos. Causou imensa repercussão no segundo semestre do ano passado uma operação de desfazimento de ativos na Austrália e a transferência do capital oriundo desse descarte de títulos naquele país para implantação de investimentos aqui, nos títulos da dívida mobiliária do nosso País. O famoso carry trade. Lá a taxa de juros é mais baixa; desfaz, entrega o patrimônio, vende os ativos, vamos procurar onde a gente ganha mais. E vieram exatamente investir no nosso País.

Os senhores querem coisa mais desmoralizante para as autoridades econômicas? Decidir lançar mão da liberação do compulsório como instrumento de favorecimento do crédito, no escasseamento do crédito com a crise internacional. Correto. O que fizeram os bancos e os agentes econômicos? Aplicaram majoritariamente os 100 bilhões liberados pelo Banco Central em aquisição de títulos da dívida mobiliária. Ou seja, desmoralizaram a intenção da autoridade monetária de aplicar na ampliação da oferta de crédito, com a liberação de 100 bilhões de compulsório. Por quê? Porque cada vez mais fica difícil distinguir o que é autonomia da autoridade monetária e o que é conluio de interesse com o sistema financeiro. Cada vez está mais difícil.

E o que tem assentado o conjunto das informações que geram esse modelo de gestão da dívida pública são 2 questões: a primeira, da necessidade do combate à inflação, que é uma tese de amplo consenso na sociedade; a segunda, a



necessidade peremptória da atração de investimentos, sem os quais o Brasil não cresce, sem os quais o Brasil não evolui, sem os quais o Brasil não investe.

Nós temos aqui farta literatura, produzida inclusive no cerne da maturidade dessa política de regime de metas de inflação, que completou 10 anos praticamente no ano passado. O professor João Sicsú, já citei, que inclusive foi convidado pelo Presidente Lula para integrar os quadros do IPEA como diretor da área de macroeconomia, publicou há 4 anos um trabalho magistral que começou a desmontar os fundamentos do regime de metas de inflação e do uso da taxa de juro como único remédio para combater a inflação. Está lá: emprego, juros e câmbio, Capítulo 10, sobre regime de metas de inflação. Recentemente, o Grupo de Estudos da Moeda da Universidade Federal do Rio de Janeiro publicou e está disponível trabalho — se acessar o *site* da UFRJ e entrar na página do Grupo de Estudos da Moeda, está disponível o trabalho do professor Fernando Ferrari, do professor Luiz Fernando de Paula, do Philip Arestis — sobre a década do regime de metas de inflação, o quê que é preciso mudar, por que essa lógica foi criada. Primeiro diagnóstico: inflação de demanda; está errado. Segundo diagnóstico: usam o IPCA para fazer o indicador da inflação; 30% dos preços administrados fogem à taxa de juros, segundo a definição do que é preço administrado pelo próprio Banco Central. Está lá em *Economia Monetária e Financeira*, trabalho do professor André Modenesi, que também integra o IPEA, oriundo dos quadros da UNICAMP. Então, até quando nós vamos ficar aqui fazendo de conta que nós não estamos vendo que por trás da decisão, que tem amplo consenso em todos nós e na sociedade, de promover o combate à inflação foi introduzido, dentro dessa barcaça, dentro dessa Arca de Noé, um conjunto de princípios que, se de um lado reprimem a demanda, de outro realizam uma brutal transferência de renda da sociedade, criando um quadro de valores na economia que é absolutamente anti-desenvolvimento. São os valores que fazem com que onde se ganha mais é no “rentismo” e não na produção.

Eu já tive oportunidade de me referir a isso numa audiência nesta CPI. O que contraria brutalmente os princípios constitucionais, do capítulo Da Ordem Econômica, o valor do trabalho, da livre iniciativa, da propriedade privada, a produção, o desenvolvimento.



Então parece-me que ou nós concluímos que não fomos capazes de fazer uma CPI que cumprisse fielmente os objetivos previstos no *caput* do requerimento que aprovamos ou nós simplesmente vamos sair daqui fazendo profissões de fé, rezas, acendendo velas, tomando chás, esperando que o COPOM reduza a taxa de inflação.

E pelo que eu ouvi nos últimos dias, a expectativa do mercado, esse grande sindicato dos agentes financeiros, é exatamente que chegaremos ao final do ano, Deputado Berzoini, com 11,75, embora a proposta da LDO preveja a manutenção de 8,5, que já está defasada. A “bichinha” nem esquentou aqui, o projeto de lei da LDO nem esquentou o debate e ela já está defasada, porque o COPOM já foi lá, completamente alheio à previsão da LDO, e já sapecou 0,75 na taxa básica de juros. Então não nos faltam informações sérias, informações adequadas.

Quando se diz, eminente Relator Deputado Pedro Novais, que é importantíssima a investigação do impacto da dívida nas políticas sociais, eu quero compartilhar com as senhoras e os senhores — me faltam 3 minutos e meio —, um trabalho agora publicado, agora, em 2010, pela Editora Saraiva, *Brasil sob a Nova Ordem*, da professora Rosa Marques, coordenadora dessa publicação. Ela é uma das autoras de um dos capítulos: A Saúde na Financeirização da Economia.

Na segunda metade da década de 90 até o ano de 2006, a relação do percentual do PIB aplicado em saúde não superou 1,75%, enquanto o percentual do PIB aplicado só nos serviços da dívida variou de 6,5% a 7,8% do PIB. Isso não aparece no relatório! Por que não aparece no relatório? Quem são os beneficiários da aplicação de 1,5%, 1,7%, 2%, 2,5% do PIB para a saúde? Quem são os beneficiários dos gastos sociais? Agora, quem são os beneficiários dos gastos com os serviços da dívida, cujo impacto nas contas é decidido por um conjunto de dogmas? Porque nós já nos cansamos de ouvir o Presidente Henrique Meirelles, desde a sua primeira aparição, no Relatório de Gestão Fiscal Quadrimestral, na Comissão Mista de Orçamento, falar que a adoção do regime de metas e da taxa de juros, é uma ciência é uma posição neutra, é uma posição técnica, que as agências internacionais assim interpretavam o caminho certo para o Brasil. E depois o próprio Luis Nassif, no livro *Os Cabeças de Planilha*, mostrou quem eram as tão bombásticas e as tão famosas agências de classificação de risco. Eram as agências



adubo, elas próprias adubavam o ritmo especulatório e a ganância de acumulação que deu no que deu com a crise dos derivativos.

Eu me sinto inclinado, como disse o Deputado Ivan Valente, a reconhecer o esforço, reconhecer a participação. O Presidente Virgílio Guimarães foi sempre aberto, solícito, o Deputado Pedro Novais também teve participação efetiva, mas não é só de boa vontade e da nossa presença que vamos chegar a um consenso.

Nunca imaginei que poderíamos ter um consenso nesta CPI, até porque parece-me que, embora todos queiramos o melhor para o Brasil, as nossas diferenças de ótica, diferenças de método, diferenças de iniciativa são muito grandes, são muito grandes. Eu fui o primeiro Deputado a propor a constituição de Relatorias Setoriais, e só ao final se propôs a criação de Relatorias Setoriais. E não vimos o que foram as Relatorias Setoriais. Fui um dos Deputados que propuseram audiências com a sociedade, até para que pudéssemos ouvir aqueles que são os interlocutores da Pesquisa Focus, do Banco Central, mas eu queria ouvir a Confederação Nacional da Agricultura, a Confederação Nacional da Indústria, o setor atacadista, o setor varejista, que é quem forma preço.

Quem forma preço não é quem vive da renda do juro. Perdoem-me. Expectativa para mim é um nome muito bonito, mas outro tipo de adjetivo que merecia ser dito. Quem forma preço é quem produz, é quem faz logística, é quem distribui no atacado, no varejo, é quem induz a formação da força de trabalho no preço da mercadoria, é quem induz o preço do tributo no preço da mercadoria.

Ouvir a expectativa de inflação com pessoas completamente alheias à produção, à distribuição e ao consumo? Isso só pode parecer piada. Até quando vamos continuar passivos. Não é que o Congresso e a Câmara tenham tido posições conservadoras. Acho que em grande parte o Congresso brasileiro teve posições caudatárias dessas decisões.

Quero concluir louvando o trabalho da nossa comunidade científica, da nossa comunidade acadêmica, de figuras como o professor João Sicsú, André Modenesi, Luiz Fernando de Paula, Fernando Ferrari, Ricardo Carneiro, Carlos Lessa, que esteve aqui. Não é possível que sigamos com 2 Brasis, um Brasil que estuda, que pesquisa, que publica, que pensa, que compara, que coteja o que são os indicadores nacionais e os indicadores dos outros países.



Nesse ponto também acho que temos que ter um termo. Falar que a dívida de outros países é pior. Vamos comparar a dívida dos outros países ao IDH dos outros países; vamos comparar a dívida do Brasil ao percentual de jovens que têm acesso ao ensino médio, ao percentual de brasileiros de 15 anos a 64 anos que têm nível superior, que é 8.2%, a segunda menor taxa de toda a América Latina. Vamos comparar. Como é distribuída a carga tributária na Alemanha, na Itália? Quanto é o percentual da alíquota do Imposto de Renda na Alemanha? Vamos comparar ao Brasil! Na Itália, na Dinamarca, na Suécia, na Finlândia. Vamos comparar.

Comparar indicadores estanques não é uma comparação adequada, não é uma comparação que responda ao nosso questionamento da dívida pública. Se lá eles têm uma dívida pública com o percentual do PIB muito maior, é um problema do Congresso, é um problema do povo de cada um desses países discutir o que se faz com essa dívida pública. Nós temos que discutir o quanto essa dívida pública é prejudicial ao desenvolvimento da Nação, o quanto ela é benéfica para um modelo de acumulação econômica nefasto, predatório, cujo valor não deve ser o valor preponderante na economia, o rentismo, porque desestimula o trabalho, desestimula a produção, desestimula o investimento na formação bruta do capital fixo. É o que estamos vendo.

Se estamos aqui discutindo, vamos votar, não vamos votar, contra ou a favor, voto em separado, e o pessoal que decide a taxa de juros já está comemorando que em dezembro vai ser 11.75%, estamos fazendo papel de que aqui? Para que fomos eleitos? Qual é o papel do Congresso? Quais são as nossas prerrogativas?

Concluo dizendo que, além do que vai fazer desse relatório, esta CPI, de qualquer forma, abre um novo capítulo na recuperação das prerrogativas do Congresso, na recuperação da soberania do País.

Essa tese de que o Brasil tem que se comportar dentro de um figurino, tem que calçar um sapato do tamanho que é recomendado pela comunidade financeira internacional, porque senão não atrai investimento, também já está exaustivamente investigada, foi muito bem delineada no trabalho do professor Belluzzo, da professora Leda Paulani, muito bem delineada em toda a literatura recente da economia brasileira. Não podemos continuar baixando a cabeça, dizendo que se o País não se conduz dentro desse figurino ele vai ser retaliado, ele vai ser maltratado,



vão se afugentar os capitais. Se antes, há 5 séculos, exportávamos pau-brasil, cana-de-açúcar, cachaça e esmeralda, nós estamos exportando capacidade de investimento. O Brasil é exportador líquido de capitais. Olha que luxo! Um País que não universalizou saneamento, um país não tem 25% de formação bruta do capital fixo como investimento do PIB está exportando capital. Que luxo, o Brasil exportando capital quando falta capital para investir! E ficamos especulando com a taxa de juros para atrair investimentos. É o sujeito que tem uma caixa d'água de 10 mil litros, faz 4 furos, perde a água toda e depois vai comprar água num caminhão-pipa que passa na rua. Olha que lógica! Não sou eu que está dizendo. São os números.

Então, nós vamos ter que propor um conjunto de iniciativas. Eu, hoje de manhã, anunciei a necessidade de uma discussão para que construamos uma lei de diretrizes para a política monetária; para que construamos, como defendeu aqui o professor Lessa, uma lei para política cambial. Não se pode permitir que juros e câmbio caminhem de mãos dadas ao arrepio da análise democrática, da soberania do Congresso, porque formam fortunas de uma forma inadequada. Formam fortunas e transferem riqueza da sociedade para quem ganha com a renda de maneira inadequada.

Por isso é que nós vamos ter que retomar as prerrogativas do Congresso, reenquadrar 10 anos depois. É um prazo maduro, tranquilo, para que reavaliemos os fundamentos dessa política monetária que, segundo V.Exa. mesmo reconheceu, é a taxa de juros o principal aditivo, o principal adubo, o principal catalisador para a explosão da dívida pública.

Não basta dizer. Se assim nós reconhecemos, temos que tomar providências para que isso não volte a acontecer a partir do relatório dessa CPI.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Berzoini) - Sr. Presidente, eu o convido para reassumir a Presidência.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Eu tenho que usar a palavra. Eu acho que sou o próximo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Berzoini) - É o próximo inscrito.



O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Eu sou o próximo inscrito. Falou um contra e agora um a favor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nós temos aí um problema real. É o seguinte: a Ordem do Dia já começou e o debate sobre a questão do reajuste das aposentadorias já está em marcha no plenário e eu, como Líder de bancada, tenho que estar lá no plenário. Eu queria ponderar aos nobres pares que eu não quero deixar o nobre Deputado Virgílio Guimarães, Presidente desta Comissão, falando sozinho aqui. Então, que a gente suspendesse a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Berzoini) - A preocupação de V.Exa. é pertinente, mas eu tenho que consultar o Deputado Virgílio Guimarães se S. Exa. quer usar a palavra agora.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Eu usarei agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Berzoini) - O Deputado Virgílio prefere usar agora. Não há razão para suspender a discussão, já que não se iniciou a votação.

Então, concedo 15min ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Muito obrigado.

São 17h07min. Não gastarei o tempo inteiro.

Eu não vou fazer discussões agora sobre essa questão do impacto da política, mas eu queria concordar com o Deputado Paulo Rubens que essa ideia neoliberal está sendo desmentida não pelos textos acadêmicos, não, é pela prática do Governo Lula. Nós estamos fazendo uma política diferenciada, popular, com distribuição de renda, com outros parâmetros e que está dando certo. Com o desenvolvimento dos programas populares está dando certo. Então, é isso que desmente essas teses neoliberais citadas aí, o receituário do FMI e outras mais.

Eu falo aqui o seguinte: o meu clube, Atlético Mineiro, foi campeão agora, o que é raro nos últimos tempos, infelizmente, mas até o principal craque nosso foi para o estaleiro contundido, eu não reclamo, porque o time foi campeão. O que podia ser melhor? Então, até isso. Quer dizer: tem que olhar o resultado.

A nossa política econômica está funcionando.



Então, devia debruçar um pouquinho sobre a política do Banco Central brasileiro. Poderia ser melhor? Talvez pudesse, mas as pessoas talvez não pensam que tem uma diferença entre carga tributária líquida e bruta.

Vamos imaginar um país que não tenha dívida nenhuma a ser rolada. Se ele passar brutalmente a ter 5% de custo da rolagem da dívida e aumentar a carga tributária em 5% para rolar essa dívida, a carga tributária líquida aumentou zero. Se ele, adequadamente, recolher de alguns e pagar a outros, o impacto sobre a economia é zero. É zero, porque a carga bruta aumentou, mas a líquida não. Por isso que a economia funciona, mesmo aparentemente. O Brasil entra num desatino de gastar muito com a rolagem da dívida. Sobretudo porque nós pagamos isso com a tributação adequada. Muitos falam assim: *“Mas, o Brasil tem uma tributação injusta. Os pobres pagam mais”*. Mas isso não é usado para rolar dívidas. Isso é o ICMS, que é dos Estados, e o tributo indireto, federal, que é a COFINS, não é usado para isso. Ela é carimbada para os programas sociais. Então, isso é que explica esse paradoxo de aparentemente sempre gastar muito e... O impacto da taxa de juros, portanto, não é o custo que tem para rolagem da dívida, mas os efeitos colaterais que têm sobre a economia. Por isso, o Banco Central vai gerindo a taxa de juros com sucesso.

Mas eu não vou ficar fazendo essa polêmica aqui a vida inteira, não, porque nós já fizemos muitas vezes. Eu quero dizer que li o relatório aqui da nossa companheira Maria Lúcia, da Auditoria Cidadã, e acho, nobre Relator, que a imensa maioria das sugestões aqui deveriam ser acolhidas. Eu creio que aqui a principal é o aprofundamento da auditoria. O que eu queria dizer sobre isso? A melhor auditoria feita é a CPI, é melhor do que qualquer Comissão. Nós fizemos uma bela de uma auditoria. Pode ter outras? Pode, até porque a que está na Constituição, na minha opinião, não foi feita. Alguma referência a isso, acho, V.Exa. poderia fazer. Por quê? É uma Comissão Mista que não tem prazo. A tendência atual é que haja auditorias anuais. Antigamente já se pensava que o mundo ia ficar abalado por causa de uma auditoria. Não é isso, é o contrário, tem que ter auditoria todo ano. Eu sou favorável a auditoria pública. O banco... O Tribunal de Contas poderia ser mais eficiente na auditoragem da dívida. Eles próprios reconheceram aqui que têm muito o que aperfeiçoar.



Então, alguma referência a isso já atende a mais de 50% das sugestões feitas aqui, que reiteradamente pedem o aprofundamento. Eu não vejo nenhum desdouro para nós. Eu não posso é achar que nós não fizemos uma auditoragem. Nós auditoramos. Nós fizemos a melhor já feita até hoje no Brasil. Se não fosse assim, tinha que pedir desculpas ao País por ter existido. E não concordo com isso. Nós fizemos um belíssimo trabalho. Vai ter começo, meio e fim. Mas eu acho que isso poderia ser posto.

Ah, quando fala aqui “a referência à dívida bruta”, eu, como leitor, gosto sempre que tenha alguma referência. Tem um asterisco, vai no pé de página para saber a referência. Se a dívida líquida é tanto, o que custa dizer: “*Trata-se aqui da dívida líquida, da dívida bruta...*”? Não vejo nenhum problema. Eu, como leitor, gosto. Há outras questões postas aqui. Questões de Ministério Público e denúncia de dívida externa, isso eu não sei. Não tenho fundamento disso. É a parte com que eu não concordo nesse momento. Eu não sei como nós fazemos a denúncia de uma dívida do tempo da Thatcher, da Inglaterra, agora. E passar para um fórum nacional, passar isso para o Ministério Público brasileiro ajuizar contra o erário britânico, em função de uma elevação bilateral de juros? Eu não sei. Isso é uma coisa que tem que ser mais bem pensada. Na leitura que eu fiz, eu não concordo.

Mas eu acho que há muitas sugestões, e a principal delas é a sugestão de auditar. Tem que auditar sempre. Dívida tem que auditar todo ano. Anualmente audita, audita, audita e audita. Tem que auditar!

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Nobre Presidente, pela ordem. Não vou interromper V.Exa. É que esta Comissão decidiu que o que fosse sugerido pelas entidades que falaram pela manhã não poderia ser objeto, não poderia ser incluído no relatório. Todavia, se V.Exa. faz alguma sugestão baseada em alguma coisa que foi dito lá, não tem problema. Mas V.Exa. teria...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Recebo...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Desculpe, V.Exa. teria que especificar um a um.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Vou fazer, vou fazer. Farei com prazer.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - É só isso, muito obrigado.



O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - E agradeço a lembrança feita por V.Exa.

E assim, para encerrar, vou deixar dois registros aqui, só de sugestões também. Depois conversarei com V.Exa. a respeito disso. Uma, o Deputado Berzoini já falou: sobre as necessárias mudanças no Banco Central. Eu acho que essas mudanças são importantes. Eu não participo dessa... achar que os bancos e o mercado financeiro não devam ser ouvidos sobre perspectiva de inflação não. Eu não tenho essa... por uma questão muito simples. Se as empresas que vendem ou as indústrias ou o mercado varejista fizessem eles próprios operações, como já foi no passado — tinha lá o seu crédito direto, eram eles próprios que faziam —, eles deveriam ser ouvidos porque, ao fazer uma determinada fixação de juros futuros, eles embutem uma expectativa inflacionária. Só que hoje eles não fazem isso. Eles sabem fazer produto para vender. O foco hoje todo passou para o cartão de crédito e para o especializado mercado financeiro. Então, portanto, são esses que têm expectativas num negócio que eles praticam para si, entendeu? Não é nada diabólico. “*O Banco Central vai ouvir o mercado financeiro porque é para pôr o cachorro tomando conta da linguiça.*” Não é isso. Quem pratica de verdade para si, para os seus negócios, usa qual expectativa? É isso. O Banco Central não tem que levar isso em contra para nada, não. Pode fazer outra, pode mudar, pode ter outra política monetária, etc. Agora, que o segmento que pratica juros, que pratica juros futuros, está embutindo uma expectativa inflacionária, está. Então, não vejo nenhum problema em saber...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não, nem sempre, nem sempre é para cima. E nem eu estou dizendo que isso é que deve valer. Por isso é que concordo com o Deputado Berzoini. A gente deveria fazer uma sugestão num projetinho de lei para alterar a composição do COPOM e do Conselho Monetário. Eu sou inteiramente favorável a que... Agora, dizer que você não deve saber o que está sendo praticado por quem pratica taxa de juros é simplesmente uma viseira. Eles é que devem determinar? Não, não vão determinar. Eu não estou defendendo aqui. Agora, que é uma obrigação do Banco Central saber o que está sendo praticado de taxas de juros no País, qual a taxa de juros real praticada, qual o *spread* real



praticado... Será possível que alguém pode fazer política sem saber da realidade praticada no seu próprio País? Então, não vamos fazer fantasmagoria com isso. Quem vai decidir é outra coisa.

Concordo com o Deputado Berzoini. Vamos fazer um projeto para ter um Conselho Monetário e um COPOM inclusive até menos estatal. Eu sou inteiramente favorável ao controle social sobre o Banco Central. Acho que deve ter. Acho que deve ter mandato para o Banco Central. Acho que deve ter controle social, talvez através do próprio Conselho Monetário ou um conselho do Banco Central. Para isso tudo podemos fazer um projeto de lei. Eu faço junto com o Berzoini, porque talvez seja muito em cima da hora para propor ao Relator, mas faremos uma referência a que isso é uma decorrência da CPI, uma preocupação da CPI. O Banco Central deve ter controles sociais sobre ele. Por que o que o Banco Central vai ser uma caixa-preta, para fazer o que quiser, o que o Presidente manda ou o Ministro da Fazenda manda, o que dá na cabeça do Presidente do Banco Central? Não, tem que ter responsabilidade sobre isso. Os diretores têm que passar pelo crivo da aprovação do Congresso, tem que ter mandato, metas. Tem que ter essas coisas.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Concedo.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É só para consolidar o que V.Exa. está falando. Na oportunidade da presença do Presidente do Banco Central aqui, eu o indaguei exatamente sobre esse tema, caso V.Exa. não saiba — não sei se V.Exa. estava presente —, exatamente com relação à questão da composição do COPOM, que é o Conselho de Política Monetária. É óbvio que a questão básica é a discussão do sistema, a discussão da política monetária, mas nós temos que avançar, porque isso interfere em todas as demais políticas.

E eu fiz a sugestão de que a composição do COPOM deveria ser alterada, inclusive para colocar o setor produtivo e outros setores dentro do COMPOM. E, para a minha surpresa agradável, ele manifestou que, da parte dele, não haveria nenhum impedimento. E ele até acha que essa sugestão é avançada. Inclusive não haveria nem necessidade de fazer modificação legal, porque isso até mesmo... Aí ele sugeriu até a proposta de um diretor sem função executiva, que poderia participar.



O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu não sei se seria essa a linha, mas eu acredito que o que V.Exa. está colocando é a mesma linha sobre que nós estamos chegando à conclusão aqui nesta CPI. É válido, portanto. Nós temos que deixar esse material já pronto para levar e aprovar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Não sei se vai dar tempo de fazer um projeto de lei acabado, mas alguma coisa nesse sentido. Eu só fiz questão de dizer isso para que ninguém confundisse a minha proposta com uma espécie de posição que eu já ouvi: que não se pode ouvir o mercado financeiro. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O mercado financeiro tem que ser ouvido. Quem pratica... Se não fosse o financeiro, o outro. Eu não vou entrar nessa polêmica. Como nós estamos propondo que tenha uma outra composição do Banco Central, acabou essa... V.Exa. deve estar de acordo. Eu não acho que não determina. Acho que é a coisa mais natural do mundo. Se a indústria praticasse ela própria o crédito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Berzoini) - Quinze minutos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Já encerrei? (*Pausa.*) Só para encerrar mesmo, eu queria falar sobre um outro projeto, que é importante: a questão da poupança. Esse eu já apresentei um projeto. Oportunamente, como eu já o apresentei, não vou sugerir que entre.

Mas eu quero dizer que estou inteiramente favorável ao projeto. Considero que, até determinado nível de poupança, mantêm-se as regras atuais. A partir daí, não é só o imposto, não, é tudo. Porque, se quisermos derrubar a taxa básica de juros, nós temos que mudar as regras da poupança. Isso é evidente, tem que mudar. Mas, como eu não quero mudar para todo o mundo, eu vou mudar para um seguimento pequeno, que precisa da poupança nos moldes em que a poupança foi criado. A poupança foi criada há mais de 100 anos para gente pobre, e não para especulação financeira. Dentro desses limites, asseguram-se as regras; fora desse limite, valem as regras do mercado e do Imposto de Renda. Tem que pagar aqueles que ultrapassar.

Eu queria cumprimentar o Relator pelo belo trabalho que apresentou.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Berzoini) - Presidente, peço que reassuma, para dar os encaminhamentos em relação à programação da continuidade do debate.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Agora eu faculto ao Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu queria pedir ao senhor se a gente pudesse, agora sim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O senhor é o último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim, mas de qualquer forma eu fui chamado agora, porque está sendo votada a medida provisória da Previdência. Eu sou Líder, tenho que orientar a minha bancada. Fui convocado até mesmo pelas demais Lideranças, inclusive a do Governo, para me posicionar. Eu não posso ficar dividido nesse tema. É claro que esse tema para mim é prioridade hoje, mas nós temos a sessão plenária. Então, eu pediria que se suspendesse ou encerrasse esta. Na próxima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Nós vamos encerrar, sim. Convocamos para hoje à noite? Vai-se suspender de um dia para o outro?

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, a gente encerra esta e mantém amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Sabendo que, ao encerrar, há um efeito: ficam encerradas as inscrições.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - As inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - As inscrições. V.Exa. é o último inscrito.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, poderíamos fazer o seguinte: deixaria suspensa até hoje à noite e, se alguém manifestar interesse em assinar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pedir à Assessoria que suspenda de um dia para o outro?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Suspender?



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não suspenda, não. Encerre.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Encerra, sem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por consenso, haveria uma dúvida se pode ou não. Se não há, aplica-se o Regimento.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É porque a suspensão, pelo art. 70 do Regimento, só é possível para o restabelecimento da ordem. A princípio, não há uma desordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu sei, mas V.Exa. sabe que vale o Regimento e vale a praxe parlamentar. A praxe parlamentar subsidiariamente vale, e essa praxe existe.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, qual é a proposta de data para a votação do relatório e como vai ser feito isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A proposta que havia sido feita é que marcássemos para votação na terça-feira, mas não houve consenso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não houve?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não houve, tanto é que eu falei que o consenso que existe é o Regimento. Eu estou tocando de acordo com o Regimento, encerra a discussão e a votação. Sendo assim, a gente encerrará a sessão com a inscrição do Deputado Hugo Leal. S.Exa. usará a palavra, depois o Relator fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Hoje ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, amanhã. O Relator vai falar o que acolheu e o que não acolheu das sugestões feitas e, a partir daí, tem encaminhamento de votação e votação. Se a gente conseguir fazer quarta-feira, bem. Se não conseguir... Porque, como eu disse, se entrássemos em um acordo, antes eu sugeria a terça-feira para votação. Não houve acordo, aplica-se o Regimento, não tem outro caminho, é isso?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Só para recapitular, Sr. Presidente, encerra-se a sessão hoje com os inscritos e convoca-se uma nova amanhã ou na terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Amanhã. Podemos fazer uma acordo para votação na terça-feira, o que eu defenderia. Encerraria a



discussão o Relator. Mas esse é um assunto para amanhã, porque, se não houver acordo algum, é o Regimento que vale. Acabaram as inscrições e encerra-se a discussão. Então, dá-se a palavra ao Relator. Esse é o caminho normal. Depois de o último orador inscrito usar a palavra, fala o Relator. Vai acolher algumas sugestões, não acolher outras. A partir daí, votação. Para a votação, há encaminhamento. Acabado o encaminhamento, vota-se.

Nada mais havendo a tratar, encerrarei a presente reunião, antes convocando reunião para amanhã, às 14h30min, em plenário a ser oportunamente divulgado.

Está encerrada a reunião.